



Foto: Rogério Marques

CAMPANHA SALARIAL 2014

FOI DADA A LARGADA!

Neste ano, marcado pela Copa do Mundo e eleições, os servidores públicos federais estarão mobilizados por uma ampla pauta de reivindicações



NOVA GESTÃO DO SINTSEF/RN TOMA POSSE

Campanha Salarial 2014, eleição de representantes por local de trabalho, balanço do congresso Condsef foram alguns dos pontos discutidos na primeira reunião de direção



PARA ONDE CAMINHA A CONDSEF

Filiados do Sintsef/RN participaram como ouvintes do XI Congresso da Condsef e atestaram caráter governista da entidade; saiba o que foi discutido no evento

O ano mal começou e os trabalhadores já sinalizam paralisar o serviço público federal como um todo, caso o governo continue se negando a iniciar um efetivo canal de diálogo. O mês de abril se inicia e servidores de todo o Brasil estão engajados na construção de uma Campanha Salarial Unificada que contemple reajuste de benefícios e aumento salarial, tendo em vista os altos índices inflacionários que deixam nossa remuneração muito aquém do que nos é de direito; isonomia entre ativos e inativos; definição de data-base, dentre outros pontos que integram a pauta reivindicadas.

Em 2014, ano marcado pela Copa do Mundo e eleições presidenciais, o movimento já começa fortalecido. É importante acompanhar as notícias nacionais para que possamos estar uni-

dos e fazer uma greve forte como a de 2012. Mesmo tendo alcançado um resultado insatisfatório - em virtude do um acordo firmado entre a Condsef e o Governo, que concedeu um percentual irrisório e já defasado aos servidores de 15,8% parcelado em três anos (2013, 2014 e 2015) -, a greve de 2012 contou com ampla participação da base, que arregaçou as mangas para ir a luta, e também de outras categorias que nos ofereceram apoio.

Por isso, contamos com você, pois somente juntos podemos dar continuidade a nossa luta e construir uma Campanha Salarial na qual seja possível sairmos vitoriosos desse movimento. É preciso participar das Assembleias, atividades, atos públicos e ainda nos organizar-

mos para eleger representantes por local de trabalho. Com a sua ajuda, podemos fazer uma gestão cada vez melhor, de forma a garantir a defesa dos direitos individuais e coletivos de nossa categoria.



VALORES DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR DO EXECUTIVO ESTÃO DEFASADOS

Benefícios do Judiciário e Legislativo foram atualizados; no Executivo, valores estão congelados

O reajuste de benefícios dos servidores públicos federais é um dos pontos da Campanha Salarial 2014 que mais tem despertado o interesse dos trabalhadores. Recentemente, o

Judiciário e o Legislativo tiveram seus auxílios-alimentação e assistência pré-escolar reajustados, enquanto o Executivo apresenta valores defasados e inferiores em comparação com os demais poderes.

Nesta última semana, a União concedeu aos servidores do poder Judiciário a equiparação do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar em R\$ 751,96 e R\$ 594,15, respectivamente. Já os servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União receberam uma atualização de valores em R\$ 784,75 para auxílio-alimentação e cerca de R\$ 614,00 para auxílio pré-escolar.

Já os valores dos servidores do Executivo, mesmo com a previsão orçamentária, estão congelados em R\$ 373, no caso do auxílio-alimentação, e R\$ 95 para assistência pré-escolar. Esses valores encontram-se abaixo da média no âmbito da Administração Pública, cujo valor per capita gira em torno de R\$ 443 para auxílio-alimentação e R\$222 para auxílio-creche.

Esse cenário de descaso apenas reafirma a real necessidade de mobilização dos servidores públicos federais em torno do reajuste de benefícios e demais reivindicações da Campanha Salarial Unificada 2014. Rumo a luta!

INFORMATIVO DO SINTSEF/RN

A partir de agora, os filiados poderão acompanhar semanalmente os principais informes do sindicato através do informativo do SINTSEF/RN. Para se cadastrar, basta enviar uma mensagem para o e-mail imprensa@sintsefrn.com.br solicitando participar da lista de envio. Lembramos que o sindicato mantém ainda o site em constante atualização, além de uma página no facebook, disponível em www.facebook.com/sintsefrn.

SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS SE UNEM E LANÇAM CAMPANHA SALARIAL 2014

Os servidores públicos federais tem motivos de sobra para se mobilizar e dar continuidade a Campanha Salarial Unificada 2014. As entidades representativas defendem uma ampla pauta de reivindicações, que inclui a luta por uma política salarial permanente com reposição inflacionária; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição de data-base unificada; antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015, dentre outros.

Em um ano em que o Brasil se prepara para a Copa do Mundo e eleições presidenciais, a Campanha Salarial 2014 tem como lema “Jogando juntos, a gente conquista: Serviço Público Padrão Fifa”. O lançamento da campanha aconteceu em 22 de janeiro, com atos e atividades em todo o Brasil.

Desde fevereiro, servidores públicos federais estão envolvidos em diversas mobilizações em Brasília e nos estados. Todas essas atividades integram a agenda unificada do Fórum Nacional em Defesa dos Servidores, da qual a CSP-Conlutas é integrante. O Fórum enviou em janeiro ofício solicitando audiência com a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog), Miriam Belchior, mas até o momento as entidades não obtiveram resposta formal.

Caso o governo não demonstre interesse em atender as pautas pendentes e demandas apresentadas que unificam os servidores federais, diversas categorias já sinalizam indicativo de greve para abril, com o objetivo de pressionar o processo de negociação.

Pauta de Reivindicações

Estão entre as bandeiras da Campanha Salarial 2014 a luta por uma política salarial permanente; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição de data-base unificada; antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015; regulamentação da negociação coletiva; diretrizes de plano de carreira; retirada de projetos que prejudicam os trabalhadores públicos; cumprimento por parte do governo de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação; reajuste em benefícios como auxílio-alimentação e plano de saúde.

Além dessas reivindicações, fazem parte das demandas específicas da base do SINTSEF/RN a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), restrito a apenas alguns órgãos do serviço público federal; campanha pela



regulamentação da Gratificação de Qualificação (GQ) para todos os servidores e campanha para que o Plano de Cargos e Carreira da Tecnologia Militar (PCCTM) seja estendido a todos os servidores dos órgãos militares. Outras entidades reivindicam ainda a revogação da lei que criou a Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e em defesa da Previdência Pública para todos.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES UNIFICADA

- Política Salarial Permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Definição de Data-base (1º maio)
- Cumprimento por parte do Governo de acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos Projetos de Leis, Medidas Provisórias e decretos que prejudiquem os trabalhadores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios, como auxílio-alimentação e plano de saúde
- Antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015.



Curta a página do Sintsef/RN!

EM REUNIÃO COM SESAP, SINTSEF/RN REPUDIA DEVOLUÇÃO DE SERVIDORES DE CAICÓ E DECIDE ENTRAR COM AÇÃO

Em meados de fevereiro, sete servidores do Ministério da Saúde (MS) cedidos ao Estado e que atuam na Unidade Regional de Saúde Pública de Caicó (IV URSAP) foram informados que seriam devolvidos ao Ministério. A justificativa dada foi o excesso de pessoal e falta de produtividade, em nome de um redimensionamento, enquanto os servidores alegam falta de condições de trabalho e “perseguição”.

O caso foi denunciado ao sindicato e, para tratar do assunto, a secretária-geral do SINTSEF/RN, Gizélia Rocha e o assessor político Valério Fonseca se reuniram no último dia 25 com a subcoordenadora de Relações de Trabalho da Secretaria de Saúde Pública do RN (Sesap), Maria José Torres, e da assessora de Recursos Humanos, Conceição Solano.

Com a medida, os servidores poderão ser prejudicados com a desestabilização e perda de benefícios, como é o caso da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN), insalubridade e vale-transporte. Além disso, a devolução de qualquer servidor colocado à disposição de Estados ou Municípios deve ser feita mediante justificativa técnica, segundo convênio de redistribuição firmado entre o MS e Secretaria de Saúde.

Como encaminhamento, foi acordada a realização de uma reunião com os servidores, a gerente regional, representantes da Sesap e do sindicato. No entanto, diante da falta de alternativa para solucionar a questão, o SINTSEF/RN decidiu entrar com ações contra a Sesap para garantir o direitos dos servidores afetados e aguarda posicionamento da Justiça.



Foto: Valério Fonseca

CAPESESP REJEITA PROPOSTA E ANUNCIA RETORNO DE REAJUSTE DO CAPESAÚDE

Após ser apresentada uma proposta alternativa, Capesesp decide manter aumento abusivo anunciado em janeiro; SINTSEF/RN segue na justiça para barrar reajuste

Em janeiro, os titulares e dependentes do Capesaúde, que atende servidores da Funasa e Ministério da Saúde, foram surpreendidos com um aumento abusivo nas mensalidades de seus planos. Em alguns casos, o aumento foi de quase 300%, prejudicando principalmente os mais idosos. A mudança gerou indignação dos beneficiários, de forma que diversas entidades sindicais, dentre elas o SINTSEF/RN, resolveram entrar com ações judiciais para barrar o reajuste.

Após intensa batalha judicial e administrativa, o conselho deliberativo do Capesesp voltou atrás e resolveu suspender o aumento do Capesaúde, anunciando que, em março, as men-

salidades retornariam aos valores cobrados anteriormente. Concomitantemente, foi aberto um canal de diálogo para analisar uma alternativa mais viável para as mensalidades dos planos de saúde.

No entanto, a proposta de reajuste apresentada na mesa de negociações não foi aceita pelo Capesesp, que anunciou que o aumento voltará a ser cobrado. Por isso, os servidores devem ficar atentos. A assessoria jurídica do SINTSEF/RN entrou com uma ação solicitando a suspensão do reajuste e o ressarcimento em dobro dos valores descontados, mas até o fechamento desta edição, o juiz da 11a Vara da Área Cível aguardava a cit-

ação e contestação da Capesesp para se pronunciar em relação ao pedido.

O SINTSEF/RN continuará acompanhando o caso e demais notícias de interesse dos servidores, reafirmando seu compromisso de luta contra qualquer medida que venha a prejudicar a sua base.



DIREÇÃO DO SINTSEF/RN DISCUTE CAMPANHA SALARIAL 2014 E ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES POR LOCAL DE TRABALHO

No dia 20 de março, os diretores titulares que compõem a nova gestão do Conselho Diretivo do SINTSEF/RN estiveram presentes na primeira reunião de direção de 2014. Na pauta, foram tratados pontos como Campanha Salarial 2014, eleição de representantes por local de trabalho, balanço do congresso Condsef, dentre outros.

A secretária-geral Gizélia Rocha deu boas vindas aos integrantes do conselho diretivo, que iniciaram a reunião com um momento descontraído no qual puderam se apresentar aos novos diretores. “Que a gente possa cumprir o que prometeu, arregaçar as mangas e partir para o embate que vem pela frente”, afirmou Gizélia, fazendo alusão às mobilizações para a Campanha Salarial Unificada dos servidores públicos federais.

Em seguida, o assessor político do SINTSEF/RN, Valério Fonseca, fez uma apresentação sobre a conjuntura política atual, destacando o discurso das elites e postura governista de algumas entidades em relação a Cam-

panha Salarial, como é o caso da Condsef.

“A conquista que se conseguiu na grande greve de 2012, em que conseguimos 15% (de reajuste) foi fruto dessas mobilizações, de muita pressão em cima do governo. E Campanha Salarial (em 2014) só vai ser vitoriosa se houver grandes mobilizações. Mas não é mobilização em Brasília, é a mobilização nos estados”, declarou Valério.

Dando prosseguimento a pauta da reunião, Gizélia defendeu a construção de uma greve unificada, que impacte o serviço público como um todo e que articule as categorias. A partir de agora, a direção irá articular as eleições para representantes por local de trabalho, formar o conselho deliberativo sindical e construir a campanha salarial 2014.

“A gente vai estar fazendo essa rodada de assembleias regionais até chegar na assembleia estadual, onde haja essa deliberação em relação a greve”.



Foi discutido também o envio de uma moção de apoio a greve do SINTEST/RN, a realização de uma atividade junto aos aposentados, discussão sobre a PEC 555/2006, que acaba com a contribuição previdenciária dos inativos. Além disso, um documento com reivindicações em relação ao PCCTM foi entregue pelo diretor Azevedo, e informes gerais e sugestões foram discutidas pelos presentes.



Foto: Diana Coelho

Accesse o site e conheça a direção do SINTSEF/RN: www.sintsefrn.com.br/diretoria.php

APOSENTADOS E PENSIONISTAS PODEM SOLICITAR CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA EM DINHEIRO

O SINTSEF/RN obteve sentença favorável quanto a ação coletiva concernente a conversão em dinheiro das licenças-prêmio não usufruídas e nem contadas em dobro quando da aposentadoria.

Diante do trânsito em julgado da ação, **servidores aposentados e pensionistas de quaisquer órgãos da União, DNIT e FUNASA que se aposentaram a partir de dezembro de 2003 e não gozaram da licença-prêmio quando na ativa, nem a utilizaram para contagem em dobro, quando da aposentadoria, podem ser beneficiários da ação individual concernente a conversão das licenças-prêmio em dinheiro.**

A licença-prêmio é um benefício que é dado aos servidores que demonstram

assiduidade no serviço público. A cada cinco anos de exercício efetivo e ininterrupto, é concedida uma licença-prêmio de três meses, sem prejuízo à remuneração.

Caso o servidor se enquadre na situação e deseje dar entrada na ação, deve procurar a Assessoria Jurídica do SINTSEF/RN e entregar os seguintes documentos:

- Cópias do RG, CPF e Comprovante de residência;
- Procuração e contrato de honorários;
- Ficha Funcional/Declaração emitida pelo departamento de pessoal do órgão onde o servidor era lotado, informando o período adquirido e não usufruído de Licença-Prêmio;
- Portaria da concessão da aposentadoria;

- Fichas financeiras ou contracheques do último ano que estava ainda no exercício do seu cargo, ou seja, em atividade.

Lembramos que serão beneficiários desta ação apenas os **inativos (aposentados ou pensionistas) da União, DNIT e FUNASA que não gozaram a licença-prêmio, nem a utilizaram para contagem em dobro, quando da aposentadoria, e que se aposentaram a partir de dezembro de 2003.**



SINTSEF/RN OBTÊM SENTENÇA FAVORÁVEL PARA MANUTENÇÃO DE VANTAGENS A DENTISTAS DA FUNASA

A Assessoria Jurídica do SINTSEF/RN vem, do final do ano para cá, numa luta grande para obter, judicialmente, a manutenção de uma vantagem percebida por dentistas da FUNASA. A FUNASA notificou estes servidores sobre a exclusão de tal vantagem de seus contracheques e sobre a necessidade de sua reposição ao erário.

Em algumas demandas, a Assessoria Jurídica obteve decisão judicial para impedir que o desconto fosse efetivado, estando na briga, ainda, pela manutenção da vantagem nos contracheques dos servidores. Noutra, obteve decisão judicial, nesta semana, não apenas pela manutenção da vantagem, mas também no sentido de que a FUNASA fosse impedida de efetuar

qualquer dos descontos pretendidos.

Continuamos, assim, na luta pela manutenção de tal vantagem, laborando contra essa medida administrativa que consideramos atentatória do direito desses trabalhadores.

Venício Barbalho Neto
Assessoria Jurídica do SINTSEF/RN

IMPLANTAÇÃO GACEN

O SINTSEF/RN informa que os servidores que receberam a ação da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias – GACEN e não foi implantada devem procurar a Assessoria Jurídica para solicitar a implantação da gratificação.

PSS SOBRE 1/3 FÉRIAS

A Assessoria Jurídica do SINTSEF/RN esclarece que já existe na Justiça uma ação coletiva do sindicato referente ao Plano de Seguridade Social (PSS) sobre 1/3 de férias. A ação foi ajuizada em 2009 e a prescrição é de cinco anos, de forma que os servidores terão ressarcidos os valores cobrados indevidamente de 2004 até o momento, caso seja deferida.

Por isso, orientamos nossos filiados a aguardarem os trâmites da ação e não contratarem advogados individualmente, visto que o montante totalizaria um valor abaixo do que prescreve a ação do sindicato.

CAMPANHA SALARIAL: GOVERNO AFIRMA PODER REAJUSTAR BENEFÍCIOS, MAS DIZ NÃO ADOPTAR MEDIDAS QUE IMPACTEM ORÇAMENTO

Diversas categorias do serviço público federal estiveram reunidas em ato do Dia Nacional de Mobilização, realizado no dia 19 de março em Brasília, para manifestar sua indignação em relação a política de negociação de reajustes salariais adotada pelo governo e pressionar os representantes a dar uma resposta à pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, protocolada em janeiro no Ministério do Planejamento.

Após a manifestação realizada na Esplanada dos Ministérios, entidades que compoem o Forum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos foram recebidos pelo secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, que sinalizou a possibilidade de negociar reajustes nos benefícios e afirmou que

o governo dará uma resposta à pauta de reivindicações até o fim de março. No entanto, afirmou que dificilmente serão concedidos reajustes que gerem impacto no orçamento da União, como é o caso da antecipação da parcela de reajuste previsto para 2015, concedido após a greve de 2012.

As entidades avaliaram a reunião como insatisfatória e prometem dar continuidade a construção da Campanha Salarial Unificada 2014. Algumas categorias já deflagraram greve, como é o caso dos técnico-administrativos das universidades federais, e várias outras preveem indicativo de greve para abril.



Foto: Fenaaps

PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DA GREVE CAUSA POLÊMICA

Fortalecer e regulamentar a negociação coletiva é uma das principais reivindicações de entidades sindicais que acompanham a proposta de regulamentação da greve no serviço público, direito garantido pelo artigo 37 da Constituição Federal, mas que até o momento não foi regulamentado. A minuta do Projeto de Lei, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/

RR), vem causando polêmica e atualmente encontra-se em discussão na Câmara.

A proposta original, apresentada em novembro, estabelecia uma série de restrições à greve no serviço público, como definição de um quantitativo mínimo de servidores que deverão atuar durante a paralisação; a definição dos serviços essenciais; e a antecedência do aviso para a deflagração da greve. Entidades sindicais avaliaram a proposta como uma tentativa de desmobilização dos trabalhadores e, após pressão, o senador admitiu que

poderá incluir a negociação coletiva no texto final do projeto de lei.

Segundo as entidades, é imprescindível a adoção de mecanismos que permitam o diálogo prévio entre sindicatos e governos, já que a greve se torna um instrumento dos trabalhadores quando não há negociação entre o governo e o funcionalismo. Além de regular o direito de greve e a processo de negociação coletiva, representantes sindicais defendem que o projeto também deve englobar temas como acordos, dissídios e data-base.

Audiências públicas estão sendo convocadas para tratar sobre o tema e a proposta segue em análise pela Câmara e centrais sindicais. O Sintsef/RN continuará acompanhando o caso e segue na luta para que os trabalhadores tenham seus direitos garantidos.



Foto: Agência Senado

Regulamentação da greve foi tema de audiência pública realizada no dia 24 de março

PARA ONDE CAMINHA A CONDSEF

Por Valério Fonseca, assessor político do Sintsef/RN

O Congresso da CONDSEF ocorreu em Beberibe/CE, cidade litorânea, em um belíssimo hotel à beira mar. O SINTSEF/RN participou com 22 ouvintes, sem direito a voto nem a voz. E mais, para participar do dia a dia do Congresso o Sindicato teria que desembolsar um valor exorbitante, por delegad@/dia. Assim, a hospedagem se deu em uma pousada bem modesta, vizinho ao local do evento, enquanto os congressistas estavam em um hotel “padrão FIFA”, pois está entre os selecionados para a Copa do Mundo 2014. Mas, não se perdeu a oportunidade de estudar as teses, pois tivemos acesso a uma pequena quantidade de cadernos de teses e realizamos discussões muito promissoras, pois o ambiente transformou-se em um pequeno congresso paralelo, onde foi possível dissecar detalhadamente o temário do Congresso da CONDSEF.

O Congresso tinha a seguinte composição: ARTICULAÇÃO SINDICAL, ligada a JOSÉ DIRCEU e LULA; ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA, ligada a VALTER POMAR, O TRABALHO, ligada a MARCUS SOKOL, INDEPENDENTES, ligada a Arlindo Chinaglia, todas estas são correntes que atuam no PT. Do outro lado, tinha a presença do PCdoB, maioria do Rio de Janeiro, que também é base de sustentação do governo. Tínhamos também, a turma de Goiás da Unidade socialista. A CSP-CONLUTAS, com parte da delegação de SÃO PAULO, pois a outra metade era dos INDEPENDENTES e a delegação do SINTSEF/PA, que são ligados a INTERSINDICAL.

O que estava em jogo nesse congresso? Quem iria dirigir a CONDSEF

pelos próximos três anos e as articulações eram feitas em torno disso. A briga maior se deu entre os Independentes, mais precisamente se o secretário geral seria Sérgio Ronaldo ou Josemilton, que é pré candidato a deputado federal pelo PT em 2014, no Rio de Janeiro/RJ.



Na nossa avaliação, o congresso não trouxe nenhum avanço para as nossas lutas. Por que? Não se discutiu a fundo os nossos direitos, como o plano de cargos e carreira, antecipação do acordo firmado com o governo, não se desfilou da CUT pelega, não definiu o caráter de oposição ao governo e não convenceu quanto a realização da greve geral para esse ano. E mais, um congresso marcado pela hegemonia dos governistas, como mostramos acima. Para romper com essa situação estamos propondo:

Nossa Campanha Salarial - Antecipação Já

Em 2012 os servidores conquistaram um reajuste de 15,8%. Parcelado em três anos, esse aumento

significa um aumento de um pouquinho mais de 5% ao ano (2013, 2014, 2015), somente sobre a gratificação produtivista. Não há aumento sobre o vencimento básico. Mesmo assim foi uma vitória daqueles que ousaram lutar. Tanto pelos resultados (já que desde o início da campanha de 2012 o governo veio com a mesma velha estória de que

não havia margem para aumento), quanto pelo método: uma poderosa greve.

No entanto, a conquista de 2012 já foi corroída pela inflação de 5,9% (segundo cálculo do próprio governo), o que nos impõem a tarefa de lutar pela reposição imediata da inflação. Se há dinheiro para banqueiro, tem que haver dinheiro para a reposição.

O SINTSEF/RN entende que a CONDSEF não pode esperar 2015 para ver os 5% restante, devemos lutar para que essa parcela seja antecipada. E nada melhor do que engrossar as mobilizações pela greve geral dos servidores públicos federais para pressionar o governo a atender nossa justa reivindicação. Se em 2012 conseguimos, em 2014 conseguiremos novamente. Todos à greve geral!

FIQUE POR DENTRO DOS SERVIÇOS E CONVÊNIOS DO SINTSEF/RN

CONVÊNIOS

ALLODONTO - O convênio oferece descontos em procedimentos odontológicos para filiados e dependentes.

SESC - Garante descontos a filiados e dependentes que se queiram participar de cursos nas áreas de corte e costura, artesanato e culinária, além de atividades desportivas que são oferecidas pela instituição.

ATENDIMENTO JURÍDICO

ÁREA CÍVEL: Segunda-feira, a partir das 14h, na sede do sindicato.

ÁREA TRABALHISTA: Quinta-feira, a partir das 14h, na sede do sindicato.

PLANTÃO JURÍDICO EM CAICÓ: 2ª quinta-feira do mês.

PLANTÃO JURÍDICO EM ASSU: A cada dois meses.

ÁREA DE LAZER DO SINTSEF/RN

O Sintsef/RN está construindo uma área de lazer, localizada no loteamento Cidade Campeste, em Macaíba (RN). Embora o local já conte com piscinas, campo de futebol, parque infantil, cozinha, banheiros e salão, a obra ainda está inacabada. A expectativa é que, ao longo de 2014, a construção seja finalizada e o espaço esteja disponível aos filiados.

NOTA DE ESCLARECIMENTO | Em janeiro de 2014, a mensalidade do sindicato sofreu um reajuste, sendo a contribuição equivalente a 1,4% sobre o vencimento básico. A decisão foi tomada durante o Congresso do Sintsef/RN em 2012, que aprovou o aumento gradativo na mensalidade num percentual de 0,2% ao longo de três anos (2013, 2014 e 2015).